

PREVIDÊNCIA SOCIAL

APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

Recurso

re -

AÇÃO REVISIONAL DE PENSÃO PREVIDENCIÁRIA

EMENTA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA VARA DA JUSTIÇA FEDERAL DA SUBSEÇÃO DE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO , brasileiro (a), (estado civil), profissional da área de , portador (a) do CIRG n.º e do CPF n.º , residente e domiciliado (a) na Rua , n.º , Bairro , Cidade , Estado , por intermédio de seu (sua) advogado(a) e bastante procurador(a) (procuração em anexo - doc. 01), com escritório profissional sito à Rua , n.º , Bairro , Cidade , Estado , onde recebe notificações e intimações, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência propor AÇÃO ORDINÁRIA DE REVISÃO DE PENSÃO em face de INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS - Autarquia Federal, com Superintendência e Procuradoria Regional na Rua , n.º , Bairro , Cidade , Estado , pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos. PRELIMINARMENTE Eminente Senhor Juiz, a Autora, pessoa pobre, viúva, mãe de filhos menores, na qualidade de pensionista de seu falecido marido, vem auferindo a título de pensão acidentária o valor referente ao mês de de , de R\$ (....), sob o código , a qual somada a renda que percebe como auxiliar administrativo em empresa privada, visa tão somente atender as necessidades primaríssimas da autora e de seus filhos menores, não possuindo, portanto, condições de pagar as custas do processo e honorários de advogados. Dessa forma, é que se louva do disposto no artigo 4º da Lei 1.060/50 ante a nova redação introduzida pela Lei nº 7.510/86, para postular a concessão da gratuidade de Justiça, através desta exordial, na forma estabelecida em lei, que assim dispõe: "ART. 4º - A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família." Diante da faculdade legal incurso, no artigo em momento, a autora espera seja-lhe deferida a gratuidade de justiça, pois efetivamente não possui condições para suportar com as custas processuais e honorários de advogados, sob pena de causar irremediável prejuízo ao sustento próprio e de seus filhos; Nestas condições, espera seja deferida a benesse legal postulada, e sejam nomeadas como advogadas as subscritoras desta, para prosseguir na defesa de seus interesses até a ulatimação do processo; DO MÉRITO A autora foi casada com o falecido , conforme documento de nº em anexo, e como tal, figura como pensionista do mesmo, consoante se pretende adiante explicitar; Com efeito, à luz da fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social, doc. de nº , o falecido, , era empregado da firma - , desde a data de de de Contudo, em data de de de , durante o percurso do serviço para a sua residência, o mesmo foi colhido violentamente por outro veículo, sofrendo acidente automobilístico, vindo ocasionar a sua morte, conforme se constata do documento de nº (atestado de óbito), em consequência, sua mulher, ora autora, se habilitou na qualidade de pensionista na forma da lei, vindo-lhe a ser concedida a pensão acidentária pelo ora Requerido, inicialmente, relativa ao mês de de , o valor correspondente a R\$ (....), conforme documento de nº ; Como Vossa Excelência pode observar dos contra cheques do "de cujus", documento de nº , o mesmo recebeu no mês de de , (um mês antes de seu falecimento), a título de salário base mensal os valores: 1. - salário base (mês) R\$ 2. - repouso remunerado R\$ 3. - salário família R\$ 4. - comissões R\$ TOTAL R\$ Ainda, pelo último aumento salarial, anotado em Carteira de Trabalho e Previdência Social, doc. de nº , pela empresa que trabalhava, em data de de de , era de R\$ (....) a hora trabalhada, a que o "de cujus" recebia, portanto, R\$ multiplicado por horas, que corresponde a (....) dias, perfazendo um total de R\$ (....); O "de cujus" pertencia à categoria do Sindicato do Comércio

Varejista de Veículos, peças e acessórios para veículos no Estado do Dessa forma, se estivesse vivo, trabalhando na mesma empresa, com vínculo empregatício pela CLT, faria jus a todos os aumentos salariais a que estabelece a CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO - CCT; A pensão inicial paga à autora, pelo Requerido, em data de de de, (doc. de nº ..